



MUNICÍPIO DE MUANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MUANÁ
COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

PARECER CONCLUSIVO

PARECER SOBRE PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL.

OBJETO: Contratação de empresa para os serviços de manutenção e atualização de Sistema Integrado de Gestão Pública, contendo os módulos de Contabilidade, Portal e GDIP.

DO ENCAMINHAMENTO:

A Sra. Eugenia Maria da Silva Gomes Magalhães, Contadora inscrita sob registro nº CRC/PA nº 011882/0-7, responsável pelo Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Muaná-Pará, nomeada através da Portaria nº 06/2017 de 02 de janeiro de 2017, no exercício de suas atividades, nos termos do § 1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e Resolução nº 7.739/2005 do TCM/PA, ainda com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, analisa o presente processo da seguinte forma.

Vem a exame, a seguinte consulta: **EMPRESA ASP-AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**

Objeto: Primeiro Aditamento de vigência ao Contrato relativo ao processo de Inexigibilidade nº 001/2015, firmado entre Câmara Municipal de Muaná-Pará e a Empresa ASP-Automação, Serviços e Produtos de Informática LTDA, com prazo de vigência 02 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Prazo da Prorrogação: 02 de janeiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Assunto: Primeiro Aditamento para prorrogação da vigência do Contrato nº 001/2015, até 29/12/2017.

Sobre o ponto de vista técnico a justificativa apresentada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal Sr. Bruno Giovane Pimenta Rodrigues, não deixa dúvida sobre as vantagens da prorrogação do prazo contratual, haja vista que não haverá majoração de valores.

No que concerne à prorrogação do prazo da vigência do **contrato**, tal hipótese está contemplada no art. 57, II da lei de licitação nº 8.666/93, c/c com o artigo 65, III da mesma carta.

Além do que, o presente termo nada altera com modificações ao objeto principal da sua execução, tão somente a data de sua vigência o que não fere os dispositivos legais vigentes.

Ocorre que o presente contrato está com vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo então, pelos dispositivos vigentes estender sua prorrogação sem que este venha ferir o que determina o presente Termo.



MUNICÍPIO DE MUANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MUANÁ

DA JUSTIFICATIVA

Ocorre que para a continuidade dos bons serviços prestados pela empresa contratada, faz-se necessário o aditamento ora mencionado, o qual não sofrerá alteração no valor do contrato inicial.

Portanto verificado a necessidade de aditamento pelas causas exposta, não há objeção desta Coordenadoria para que o Primeiro Termo de Aditamento tenha sido realizado, sendo cumpridas as determinações vigentes.

É o parecer

S.M.J.

Muaná (PA) 11 de janeiro de 2017.

Eugenia Maria da Silva Gomes Magalhães
Coordenadora de Controle Interno